Tragédias ambientais repetidas contadas nas edições da Revista de Seguros



- A *Revista de Seguros*, publicada pela Confederação Nacional das Seguradoras, construiu um amplo registro histórico sobre os impactos das secas e das chuvas intensas no Brasil ao longo sua história centenária.
- A leitura das edições antigas mostra que os eventos climáticos extremos sempre fizeram parte da realidade nacional, embora sua interpretação e seus efeitos econômicos tenham mudado significativamente ao longo do tempo.

? Acervo histórico (edições antigas digitalizadas)

? Confederação Nacional das Seguradoras — Centro de Documentação (CEDOM)
? https://cedom.cnseg.org.br/curiosidades/revista-de-seguros/

Nas décadas de 1950 a 1970, as reportagens concentravam-se principalmente nas grandes estiagens do Nordeste, tratadas como calamidades recorrentes e estruturais.

Os textos descreviam perdas severas na agropecuária, fome, deslocamentos populacionais e o colapso de economias locais baseadas na agricultura de subsistência. A seca era vista não apenas como um fenômeno meteorológico, mas como um problema socioeconômico crônico, capaz de perpetuar desigualdades regionais e exigir respostas emergenciais do poder público. Nesse período, o seguro ainda tinha presença limitada no campo, e as matérias ressaltavam mais os impactos humanitários do que soluções de mitigação financeira.

Com a intensificação da urbanização a partir dos anos 1970, as enchentes e deslizamentos passaram a ocupar espaço crescente nas páginas da revista. Capitais e regiões metropolitanas tornaram-se palco de inundações cada vez mais frequentes, associadas à expansão desordenada das cidades, à ocupação de áreas de risco e à impermeabilização do solo. Os prejuízos deixaram de ser apenas rurais e passaram a atingir infraestrutura urbana, indústrias, comércio e habitações, ampliando o papel do seguro patrimonial e chamando atenção para a necessidade de planejamento urbano mais rigoroso.

Nas décadas de 1980 e 1990, o foco deslocou-se para a vulnerabilidade da agricultura moderna à variabilidade climática. A revista passou a destacar quebras de safra provocadas tanto por estiagens quanto por excesso de chuva, além de eventos como granizo e geadas. O avanço

tecnológico no campo não eliminava a dependência do clima, e os prejuízos agrícolas passaram a ser tratados como risco econômico relevante para o país. Nesse contexto, ganhou força o debate sobre a expansão do seguro rural como instrumento essencial de estabilidade para produtores e cadeias produtivas.

A partir dos anos 2000, as reportagens começaram a enquadrar secas e enchentes como fenômenos de alcance nacional, com repercussões macroeconômicas. Episódios de estiagem severa afetaram reservatórios, geração hidrelétrica e navegação fluvial, enquanto chuvas intensas provocaram desastres com grande número de vítimas e perdas bilionárias em infraestrutura. Surgiram análises que relacionavam esses eventos à variabilidade climática global e aos primeiros sinais das mudanças climáticas, ainda que com cautela.

Na década de 2010, consolidou-se a percepção de que o país estava entrando em uma fase de maior instabilidade climática. As edições passaram a enfatizar a alternância — por vezes no mesmo ano — entre seca prolongada e precipitações extremas, afetando simultaneamente agricultura, energia, logística e centros urbanos. Eventos classificados como “históricos” tornaram-se mais frequentes, e o setor segurador passou a discutir a necessidade de novos modelos de avaliação e precificação de risco diante de um ambiente mais imprevisível.

O conjunto dessas edições antigas revela uma evolução clara na compreensão do problema. O que antes era visto como calamidade regional episódica passou a ser interpretado como risco sistêmico, capaz de impactar toda a economia. Secas que comprometem a geração de energia, chuvas que paralisam cadeias produtivas e desastres urbanos recorrentes demonstram que os extremos climáticos deixaram de ser exceções e se tornaram parte estrutural do cenário brasileiro.

Assim, o acervo histórico da revista mostra que seca e enchente não são fenômenos novos, mas evidencia que sua intensidade, frequência e abrangência cresceram de forma significativa nas últimas décadas. Nesse contexto, o seguro assume papel cada vez mais estratégico, não apenas como mecanismo de indenização, mas como instrumento de gestão de riscos e adaptação a um clima mais instável e desafiador.

Os temporais que devastaram a Zona da Mata mineira — com dezenas de mortes e milhares de desabrigados — resultam da combinação de mudanças climáticas, vulnerabilidade social e falhas de políticas públicas. Em Juiz de Fora e Ubá, o volume excepcional de chuva provocou enxurradas, deslizamentos e cheias acima do normal.

Tragédias se repetem

No momento, chuvas intensas colocam cidades em enorme vulnerabilidade em diversos estados. Chama a atenção o caso da Zona da Mata mineira. Os temporais que deixaram pelo menos 3 mil pessoas desabrigadas, 400 desalojados e 47 mortos na Zona da Mata.

O geógrafo Miguel Felippe, da Universidade Federal de Juiz de Fora, afirma que eventos extremos estão diretamente ligados às mudanças climáticas e tendem a se tornar mais frequentes. Para ele, a ausência de políticas ambientais consistentes e o negacionismo climático ampliam os riscos. O especialista também destaca que o planejamento urbano deficiente empurra populações pobres para áreas mais perigosas, determinadas pela lógica do mercado imobiliário, o que explica por que os bairros de menor renda concentram as maiores perdas e têm menor capacidade de recuperação.

Outra dimensão apontada por Felippe é a falta de prevenção estrutural. Embora as áreas de risco sejam conhecidas, ações de mitigação esbarram na escassez de recursos públicos e em cortes orçamentários, reduzindo a capacidade de resposta do poder público.

Já o meteorologista Marcelo Seluchi, do Cemaden, enfatiza os fatores climáticos e geográficos. Segundo ele, o Oceano Atlântico mais quente — cerca de 3 °C acima do normal — aumenta a evaporação e a umidade do ar, potencializando chuvas intensas quando essa umidade encontra o

relevo montanhoso da região. Esse excesso de vapor d'água é apontado como consequência direta do aquecimento global.

Seluchi ressalta que, diante da dificuldade de conter inundações e deslizamentos, a adaptação torna-se indispensável. Medidas como evacuação preventiva, controle da ocupação urbana e preparação da população podem salvar vidas. Ele cita o exemplo do Japão, onde moradores são treinados para agir rapidamente em situações de desastre.

Os especialistas convergem na avaliação de que a tragédia resulta de uma combinação de riscos: clima mais extremo, urbanização desordenada, desigualdade social e insuficiência de políticas de prevenção e educação para emergências. Sem mudanças estruturais, alertam, episódios semelhantes tendem a se repetir com maior frequência e intensidade.

Você pode acessar diretamente o acervo e as edições da *Revista de Seguros* — inclusive as antigas — pelos links oficiais abaixo:

? Acervo histórico (edições antigas digitalizadas)

? Confederação Nacional das Seguradoras — Centro de Documentação (CEDOM)
? https://cedom.cnseg.org.br/curiosidades/revista-de-seguros/

A semana no 'Notícias do Seguro': Inteligência Artificial, impacto econômico e educação financeira

- A inteligência artificial já deixou de ser tendência para se tornar estratégia no setor segurador.
- Ao mesmo tempo, os números mostram a relevância econômica do mercado e reforçam a importância da educação financeira, securitária e previdenciária no dia a dia das famílias brasileiras.
- Confira os principais destaques desta edição do *Notícias do Seguro.*

IA já é estratégica no setor, mas impacto financeiro ainda é limitado

Um estudo produzido pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) revela que 80% das empresas do setor já implementaram inteligência artificial em suas operações.

Apesar do avanço, o impacto financeiro ainda é considerado marginal. Segundo o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, 84% das empresas apontam que o aumento de receita associado ao uso de IA não supera 1%.

- A tecnologia, no entanto, já está bem distribuída em áreas estratégicas como:
- experiência e relacionamento com o cliente
- operações
- tecnologia e desenvolvimento interno

Embora o efeito direto sobre receita e redução de custos ainda seja pouco perceptível, muitas empresas relataram ganhos relevantes de produtividade, especialmente na área de tecnologia, com aumentos entre 30% e 50%.

O levantamento foi conduzido entre outubro de 2025 e janeiro de 2026, com 26 executivos de seguradoras, empresas de previdência, capitalização e saúde, que representam mais de 50% do mercado, além de reguladores e especialistas.

Acesse o pdf da apresentação sobre a pesquisa Inteligência Artificial e o Setor de Seguros no Brasil, produzida pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg)

CNseg e Febraban firmam parceria inédita em educação financeira

A CNseg e a Febraban celebraram uma parceria para ampliar a disseminação de conteúdos de educação financeira.

O acordo prevê o intercâmbio de materiais que serão publicados, inicialmente, **aqui no *Notícias do Seguro*** e no **blog Meu Bolso em Dia**, da Febraban. Entre os conteúdos disponíveis estão:

- cursos
- cartilhas
- vídeos
- guias práticos
- materiais interativos

Segundo André Nunes, diretor de Assuntos Corporativos e Relações Sindicais da CNseg, o objetivo é fortalecer a orientação financeira, estimular o uso consciente do crédito e prevenir o endividamento das famílias.

A parceria tem previsão de vigência por dois anos e deve entrar em vigor já no próximo mês.

Capitalização como ferramenta para transformar sonhos em planejamento

Você sabia que os títulos de capitalização podem ajudar a organizar metas financeiras?

Na modalidade tradicional, eles permitem guardar dinheiro com regularidade e ainda concorrer a prêmios. Seja para planejar férias, uma festa especial ou outro projeto importante, a capitalização pode funcionar como uma ferramenta de disciplina financeira.

Mais informações estão disponíveis no site da Fenacap, a Federação Nacional de Capitalização.

Setor segurador injetou mais de R$ 6 bilhões na economia em 2025

Dados da Conjuntura CNseg mostram que o setor segurador injetou mais de R$ 6 bilhões na economia brasileira em 2025.

O valor corresponde ao total pago em:

1. indenizações
2. benefícios
3. resgates
4. sorteios

O montante representa crescimento de 9,5% em relação a 2024. São Paulo lidera o ranking nacional, com 21% de participação no total distribuído.

Os números reforçam o papel do seguro como mecanismo de proteção e também como engrenagem relevante para o funcionamento da economia.

Vídeo viral reforça importância da educação financeira e securitária

Um vídeo que viralizou nas redes sociais mostra uma jovem emocionada ao final de uma viagem à Disney. O episódio gerou debates sobre sonhos, planejamento e mudança de expectativas de vida. Especialistas em comportamento financeiro explicam que esse tipo de experiência pode representar um momento de “quebra de padrão” - quando a pessoa passa a desejar novas metas e horizontes.

Mas transformar sonho em realidade exige planejamento.

Educação financeira significa entender quanto se ganha, quanto se gasta e como organizar recursos para alcançar objetivos como uma viagem, intercâmbio ou até morar fora do país.

Já a educação securitária entra como complemento essencial: proteger o planejamento contra imprevistos. Afinal, um acidente, um problema de saúde ou um dano patrimonial pode comprometer projetos construídos ao longo de anos.

No fim das contas, desejar mais é legítimo. Realizar exige estratégia, preparo e proteção!

Fonte: CNseg, em 27.02.2026